

TRANSIÇÃO JUSTA O CONTRÍBUTO DO PLANO SOCIAL PARA O CLIMA



20

de outubro

Auditório
Luís Braga da Cruz
CCDR Norte



Agência para o
Clima - ApC, I.P.

CCDR
INORTE

SESSÃO DE BOAS-VINDAS

Célia Ramos

Vice-presidente da CCDR Norte, I.P.



SESSÃO DE BOAS-VINDAS

Duarte Rodrigues

Vice-presidente da Agência para o Desenvolvimento
e Coesão, I.P.



SESSÃO DE BOAS-VINDAS

Rosário Gama

Vogal da Agência para o Clima, I.P.



SESSÃO DE BOAS-VINDAS

Hélder Reis

Secretário de Estado do Planeamento
e Desenvolvimento Regional



PLANO SOCIAL PARA O CLIMA: APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

Fundo Social para o Clima

Gregório de Castro
Comissão Europeia



Fundo Social para o Clima

Porto, 20 de Outubro 2025

Gregorio de Castro

Direcção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão (DG EMPL)

Chefe de Unidade Adjunto E.5



Fundo Social para o Clima (FSC)

- **Objetivo:** atenuar os **potenciais impactos sociais negativos decorrentes** do novo sistema de comércio de emissões para edifícios e transportes rodoviários (**ETS2**) sobre **grupos vulneráveis**, especialmente aqueles afetados pela **pobreza energética** ou pela **pobreza nos transportes**.
- Através do **Fundo Social para o Clima** parte das receitas do ETS2 será utilizada para **apoiar famílias microempresas e utilizadores de transportes vulneráveis** particularmente afetados pelo ETS
- **Período:** 2026-2032 (elegibilidade desde 2024)
- **Montante Total:** $65 + 21,7 = 86,7$ mil mil milhões (75% +25% contribuições nacionais financiadas pelas receitas dos leilões do ETS2)
- **Alocação Portugal** = 1.2 mil milhões + 25% fundos nacionais (total 1,8 mil milhões)



Quem pode beneficiar?

'Targeting' dos grupos vulneráveis

- A boa **identificação dos grupos-alvo** é fundamental para a implementação do **Fundo Social para o Clima**.
- Os **grupos-alvo** são definidos com referência à **pobreza energética** e à **pobreza de transportes**, bem como aos **efeitos do ETS2**:
 - **Agregados familiares vulneráveis**
 - **Utilizadores de transportes vulneráveis**
 - **Microempresas vulneráveis**
- A correta **definição e identificação dos grupos vulneráveis**, aliada à adequada orientação dos investimentos para estes grupos, é essencial para assegurar que a transição verde seja implementada de forma socialmente justa e os fundos sejam otimizados.



O que pode financiar?



Apoiar **investimentos em eficiência energética e na renovação de edifícios**, bem como em aquecimento e arrefecimento limpos.



Conformidade com o princípio de “**não causar prejuízos significativos**” (DNSH)



Financiar a **mobilidade e o transporte de emissões nulas e reduzidas**, incluindo o transporte público.



Conformidade com o princípio de “**adicionalidade**”



Conceder **apoio direto temporário ao rendimento** dos agregados familiares vulneráveis.



Modelo de implementação do Fundo Social para o Clima

- **Os Estados Membros** apresentam a sua proposta em forma de **Plano Nacional** e em consonância com a **orientação sobre a implementação** do FSC adotado em 9 de outubro
- **Modelo de pagamentos baseados no desempenho:** o financiamento é desembolsado quando os marcos e metas estabelecidas no programa e acordadas com a Comissão Europeia são alcançados de forma satisfatória, garantindo responsabilização e recompensando os resultados.
- **Clareza e previsibilidade das dotações:** cada medida e investimento tem um valor de pagamento dedicado, definido antecipadamente, dando aos Estados-Membros uma visibilidade e previsibilidade claras sobre as dotações e incentivos para a execução.
- **Sistema de monitorização eficiente:** a implementação é acompanhada através de um conjunto comum de indicadores, garantindo relatórios transparentes e consistentes.





Importância da Consulta Pública

- Constitui **um passo fundamental** e deve ser conduzida **de forma inclusiva e transparente**.
- Garantir o respeito do **princípio de parceria**.
- Deve envolver os **órgãos de poder local e regional**, os **representantes dos parceiros económicos e sociais**, **organizações pertinentes da sociedade civil**, **organizações de juventude** e a **outras partes interessadas**.
- Os resultados e comentários devem ser **tidos em conta na versão** final do plano nacional a ser submetido para aprovação da Comissão Europeia.



SOCIAL CLIMATE FUND

Obrigado

DG CLIMA / EMPL

#EUFunds



PLANO SOCIAL PARA O CLIMA: APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

Plano Social para o Clima: objetivos e medidas

Ana Daam

Agência para o Desenvolvimento
e Coesão, I.P.

José Costa

Agência para o Clima, I.P.



1

Enquadramento



Conceitos

Plano Social para o Clima



**Pobreza
energética**



**Pobreza de
mobilidade**

Famílias vulneráveis

- Beneficiários da tarifa social de energia;

ou
- Famílias com rendimento abaixo de 70% do rendimento mediano (ICOR, INE)
“rendimentos médios mais baixos”, conforme Regulamento FSC, art. 2(10).



Conceitos

Plano Social para o Clima



Pobreza energética



Pobreza de mobilidade

Microempresas vulneráveis

- Pela natureza da sua atividade e localização, encontram-se mais expostas ao impacto da transição energética no setor dos transportes;
- Dedicam-se ao serviço público de transporte de passageiros em táxi nos territórios de baixa densidade;
- Devido à natureza da sua atividade, dependem do transporte de mercadorias (e.g. descarbonização do transporte de mercadorias, da logística e micrologística urbana (last mile)).



Conceitos

Plano Social para o Clima



**Pobreza
energética**



**Pobreza de
mobilidade**

Utilizadores vulneráveis de transportes

- Indivíduos ou famílias que, em resultado da sua condição socioeconómica, da sua situação de saúde ou do contexto territorial em que residem, enfrentam dificuldades acrescidas no acesso a soluções de mobilidade adequadas e acessíveis, estando particularmente expostos aos efeitos do aumento dos custos do transporte e às limitações da oferta de transporte público.
- Dimensões:
 - Económica
 - Territorial
 - Funcional
 - Saúde / dependência funcional

2

Macroestrutura do Plano Social para o Clima



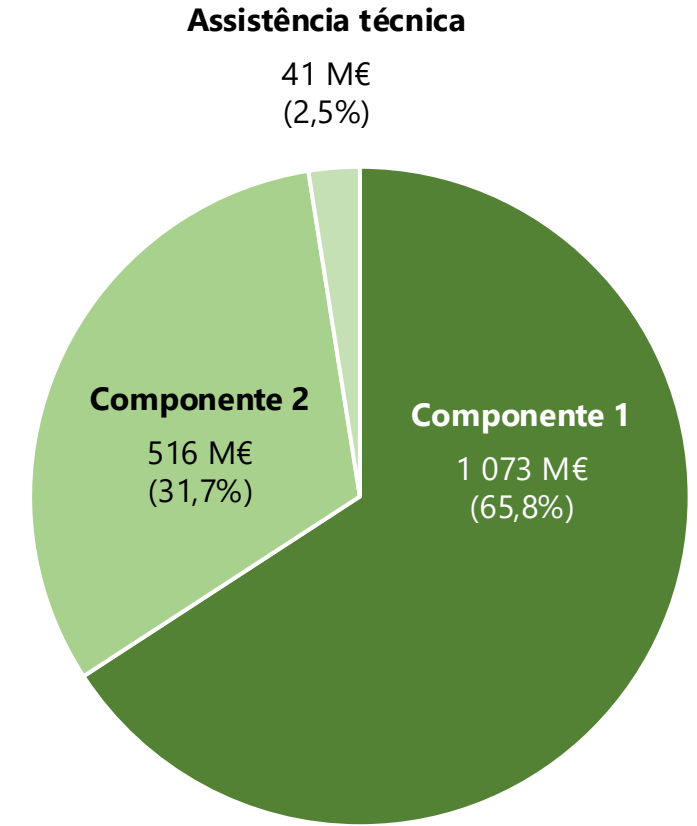
Macroestrutura - tipologias

Plano Social para o Clima



Edifícios componente 1

- Envolvente térmica (opaca, envidraçada e ventilação)
- Sistemas de climatização e produção de AQS
- Sistemas de energia renovável para autoconsumo
- Carregadores para mobilidade elétrica
- Eletrodomésticos (substituição equip. a gás)
- Outras medidas de eficiência e sustentabilidade
- Balcões Espaço Energia





Macroestrutura - tipologias

Plano Social para o Clima

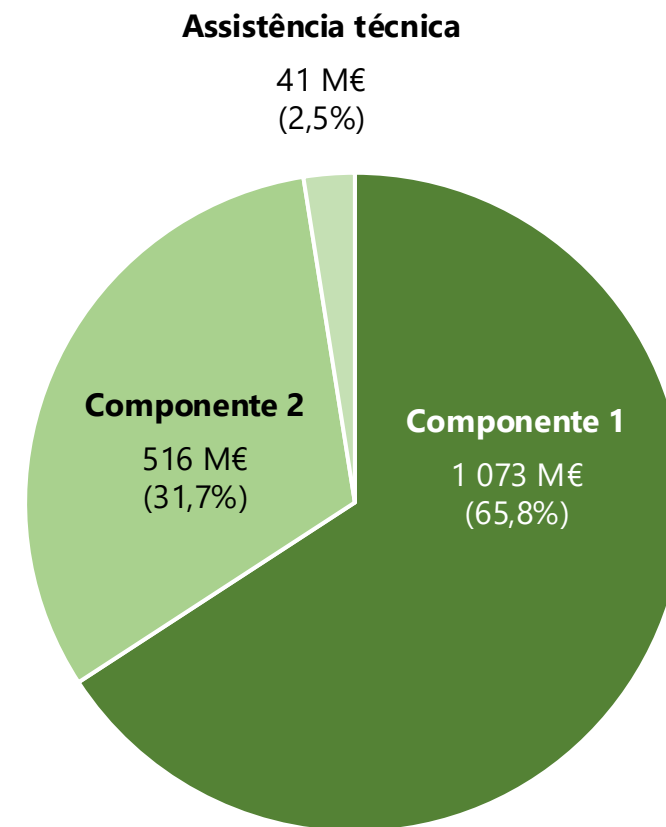


Transportes rodoviários componente 2

- Transporte público (TP emissões nulas, flexível, partilhada)
- Transição para a mobilidade elétrica (IPSS, ECCI)



Assistência técnica

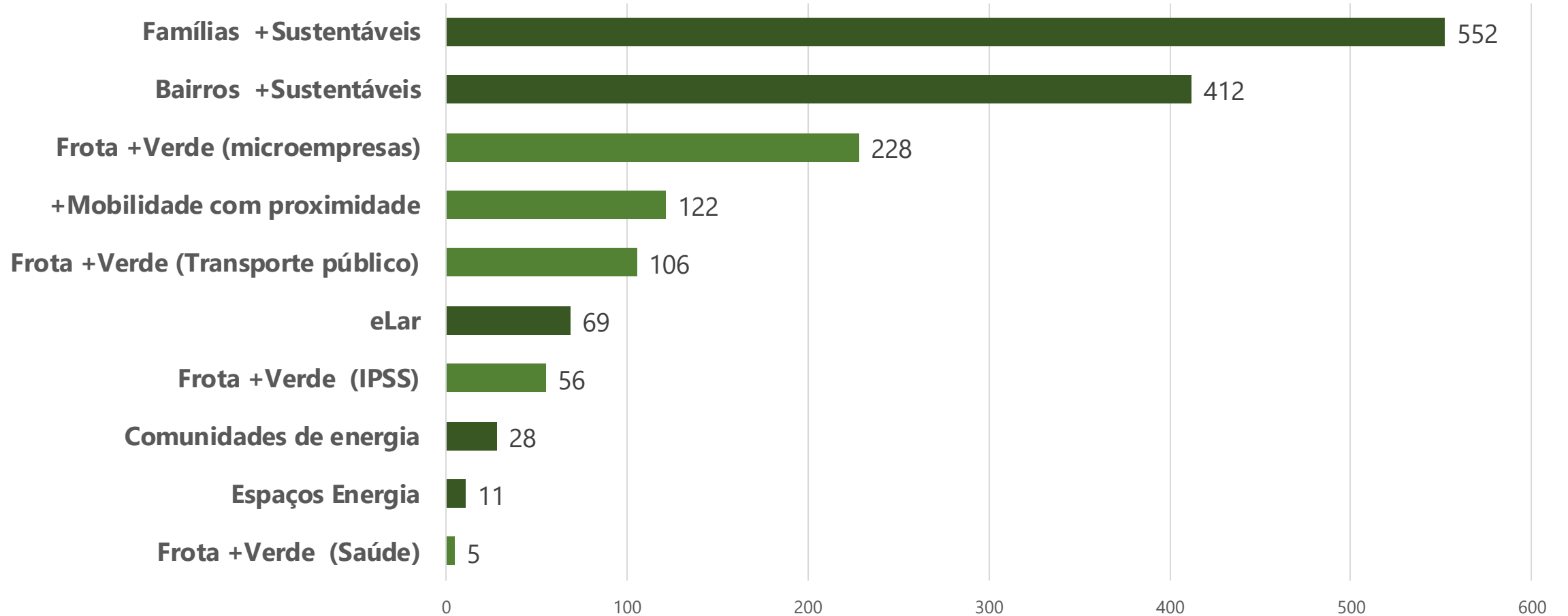




Dotações

Plano Social para o Clima

Dotação por Investimento



3

Componente 1

Edifícios



Edifícios

Plano Social para o Clima



Edifícios componente 1

Objetivo geral

Mitigar os efeitos do CELE2 nas famílias vulneráveis, apoiando a renovação energética de edifícios, a eletrificação dos consumos e a incorporação de energia renovável, reduzindo a pobreza energética, e contribuindo para a descarbonização dos edifícios.

Investimentos

- Programa Edifícios - Famílias (Programa Famílias + Sustentáveis)
- Programa Bairros - Famílias (Programa Bairros + Sustentáveis)
- Programa eLAR
- Programa Comunidades de energia
- Programa Espaços Energia



Famílias + Sustentáveis

Edifícios

66 348 frações

Descrição e objetivos

Apoiar famílias vulneráveis na **requalificação energética de habitações**, substituindo equipamentos ineficientes e integrando energias renováveis.

Destinatários (Público-alvo)

Famílias vulneráveis.

Beneficiários Elegíveis

Famílias vulneráveis e proprietários de frações em que residem famílias vulneráveis.

Tipologias de apoio

Envolvente térmica e ventilação, sistemas de climatização e produção de água quente sanitária (AQS), sistemas de energia renovável (autoconsumo), carregadores para mobilidade elétrica, eletrodomésticos (substituição de equipamento a gás por elétricos), outras medidas de eficiência e sustentabilidade.

Território de aplicação

Portugal Continental, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis, comparticipadas entre 80 e 100% sobre os custos elegíveis.



Bairros + Sustentáveis

Edifícios

20 000 frações

Descrição e objetivos

Mitigar os impactes do regime CELE 2 através da **renovação energética integrada de edifícios**, incorporando energia renovável e assegurando conforto e salubridade para famílias vulneráveis. Visa ainda melhorar o desempenho energético, incorporar energia renovável e assegurar o conforto térmico e salubridade das habitações.

Destinatários (Público-alvo)

Famílias que residem em edifícios em que a maioria dos ocupantes são famílias vulneráveis inseridos em bairros de habitação social ou em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), ou famílias que residem em edifícios com fraco desempenho energético (edifícios com prevalência de frações com classificação energética C ou inferior) em que a maioria dos ocupantes são famílias vulneráveis.

Beneficiários Elegíveis

Empresas municipais, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e associações de moradores, e outras entidades que atuam como entidades executoras.

Tipologias de apoio

Envolvente térmica e ventilação, sistemas de climatização e produção AQS, sistemas de energia renovável (autoconsumo), carregadores para mobilidade elétrica, eletrodomésticos (substituição de equipamento a gás por elétricos), outras medidas de eficiência e sustentabilidade

Território de aplicação

Portugal Continental, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis, comparticipadas entre 80 e 100% sobre os custos elegíveis.



Descrição e objetivos

Promover a **descarbonização e eletrificação dos consumos** das famílias vulneráveis. Visa a substituição de equipamentos a gás (fontes fósseis) por equipamentos elétricos eficientes, reduzindo o consumo de energia de fontes fósseis e contribuindo para a reciclagem de equipamentos em fim de vida. O investimento será desenhado para que as famílias não tenham de adiantar as verbas.

Destinatários
(Público-alvo)

Famílias vulneráveis.

Beneficiários
Elegíveis

Famílias vulneráveis.

Tipologias de
apoio

Eletrodomésticos (substituição de equipamento a gás por elétricos), Sistemas de produção AQS e inclui serviços de instalação e recolha do equipamento.

Território de
aplicação

Portugal Continental, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite
de apoio

Subvenções não reembolsáveis, comparticipadas a 100% sobre os custos elegíveis.



Comunidades de Energia

Edifícios

50 projetos

Descrição e objetivos

Promover a **criação e implementação de Comunidades de Energia Renovável (CER), Autoconsumo Coletivo (ACC) e Comunidades Cidadãos para a Energia (CCE)**, que integrem famílias vulneráveis e microempresas vulneráveis, especialmente em territórios de baixa densidade, visando a redução dos encargos energéticos e o combate à pobreza energética.

Destinatários (Público-alvo)

Famílias vulneráveis e microempresas vulneráveis.

Beneficiários Elegíveis

Empresas, associações de moradores, e outras entidades que atuam como entidades executoras, que garantam que a maioria da eletricidade produzida se destina a famílias vulneráveis e microempresas vulneráveis.

Tipologias de apoio

Apoio à concretização de CER, ACC e CCE.

Território de aplicação

Portugal Continental privilegiando projetos em territórios de baixa densidade, RA Madeira e RA Açores..

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas a 100% sobre os custos elegíveis.



Espaços Energia

Edifícios

120 Espaços
Energia

Descrição e
objetivos

Criar estruturas de proximidade (Espaços Energia) para aumentar a literacia energética, fomentar a eficiência energética e apoiar a adesão às medidas do Plano, nomeadamente "Famílias + Sustentáveis" e "eLAR".

Destinatários
(Público-alvo)

Famílias vulneráveis e microempresas vulneráveis (destinatários finais do aconselhamento e apoio).

Beneficiários
Elegíveis

Entidades promotoras de Espaços Energia, como municípios, entidades intermunicipais, juntas de freguesia e outras entidades locais ou regionais.

Tipologias de
apoio

Contratação de recursos humanos, aquisição de materiais e serviços (aconselhamento técnico, auditoria energética, apoio a candidaturas, formação, etc.) para a operacionalização dos balcões.

Território de
aplicação

Portugal Continental, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite
de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas a 80 sobre os custos elegíveis.

4

Componente 2

Transportes



Transportes

Plano Social para o Clima



Transportes rodoviários componente 2

Objetivo geral

Mitigar os efeitos do CELE2 nos utilizadores vulneráveis de transporte e de microempresas vulneráveis, apoiando investimentos que visam reduzir a pobreza de mobilidade e contribuir para a descarbonização do setor dos transportes, através de novas soluções de mobilidade e da melhoria da qualidade da oferta de transporte público.

Investimentos

- Frota + Verde (Microempresas)
- Frota + Verde (IPSS e Entidades privadas sem fins lucrativos)
- Frota + Verde (Saúde)
- Frota + Verde (Transporte público)
- + Mobilidade com proximidade



Frota + Verde (microempresas)

Transportes

20 100
viaturas 100%
elétricas

Descrição e objetivos

Apoiar a substituição de veículos automóveis a combustão por **viaturas 100% elétricas e aquisição de instalação de infraestrutura própria de carregamento** em microempresas vulneráveis, reforçando a sua resiliência face à volatilidade dos custos de combustíveis e promovendo a transição energética do setor dos transportes.

Destinatários (Público-alvo)

Microempresas vulneráveis.

Beneficiários Elegíveis

Microempresas de serviço público de transporte de passageiros em táxi nos territórios de baixa densidade, microempresas de todos os setores de atividade que procedam à substituição de veículos de mercadorias das categorias N1 e N2 por veículos elétricos mercadorias das categorias N1 e N2, em qualquer parte do território nacional.

Tipologias de apoio

Aquisição de veículos elétricos das categorias N1 e N2 (veículos de mercadorias até 12t) e M1 (veículos de passageiros com oito lugares sentados no máximo, além do lugar do condutor). Inclui a instalação de infraestrutura própria de carregamento.

Território de aplicação

Portugal Continental, em particular em território de baixa densidade (Deliberação n.º 31/2023/PL CIC Portugal 2030), RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas a 100% sobre o sobrecusto de aquisição de veículo elétrico ligeiro de mercadorias e 80% sobre o sobrecusto de aquisição de veículo elétrico ligeiro de passageiros.



Frota + Verde (IPSS e Entidades Privadas sem fins lucrativos)

Transportes

1 128 viaturas
100% elétricas

Descrição e objetivos

Apoiar o alargamento da capacidade de resposta de IPSS e entidades privadas sem fins lucrativos com protocolos celebrados no âmbito da dinamização de projetos vocacionados para a proteção e inclusão social dos grupos vulneráveis através da **aquisição de viaturas 100% elétricas e posto de carregamento**, combatendo a pobreza de mobilidade.

Destinatários (Público-alvo)

Utentes de IPSS, maioritariamente, famílias vulneráveis ou utilizadores vulneráveis de transportes.

Beneficiários Elegíveis

IPSS e Entidades privadas, sem fins lucrativos, com acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) no âmbito da dinamização de projetos vocacionados para a proteção e inclusão social dos grupos vulneráveis.

Tipologias de apoio

Aquisição de veículos novos, de 9 lugares, 100% elétricos e com posto de carregamento incluído.
Aquisição de veículos novos, ligeiros de 2 lugares (mercadorias), 100% elétricos e com posto de carregamento incluído.

Território de aplicação

Portugal Continental, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas a 100% sobre os custos elegíveis.



Frota + Verde (Saúde)

Transportes

125 viaturas
100% elétricas

Descrição e objetivos

Apoiar o alargamento da capacidade de resposta das Equipas Comunitárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), através da aquisição de **viaturas 100% elétricas e wallbox** para prestação de cuidados no domicílio a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal ou em convalescença, cujo estado clínico não requer internamento, mas que não possuem capacidade de mobilidade autónoma, contribuindo para a redução da desigualdade de acesso a cuidados de saúde por pobreza de mobilidade.

Destinatários (Público-alvo)

Utentes de saúde que se enquadram em famílias vulneráveis ou utilizadores vulneráveis de transportes.

Beneficiários Elegíveis

Unidades Locais de Saúde (ULS), integrantes da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados através de protocolo válido.

Tipologias de apoio

Aquisição de veículos novos, ligeiros, 100% elétricos e com *wallbox*.

Território de aplicação

Portugal Continental, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas a 100% sobre os custos elegíveis.



Frota + Verde (transporte público)

Transportes

370 veículos
de emissões
nulas

Descrição e objetivos

Promover a melhoria da qualidade da oferta de transporte público em territórios de baixa densidade, mitigando o impacto do aumento do preço dos combustíveis e incentivando a transição energética da frota, através da **aquisição de veículos pesados de emissões nulas e incluindo a aquisição/instalação da infraestrutura de carregamento/abastecimento**.

Destinatários (Público-alvo)

Utilizadores vulneráveis de transporte público em territórios de baixa densidade.

Beneficiários Elegíveis

Operadores de transportes que efetuem serviços públicos de transporte de passageiros (RJSPTP), em territórios de baixa densidade.

Tipologias de apoio

Apoio à aquisição de veículos pesados de transporte de passageiros (M2 e M3) a emissões nulas (100% elétricos ou a hidrogénio), incluindo a aquisição/instalação da infraestrutura de carregamento/abastecimento.

Território de aplicação

Territórios de baixa densidade (Deliberação nº 31/2023/PL CIC Portugal 2030) em Portugal Continental e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas a 100% sobre o sobrecusto de um veículo de emissões nulas face a um equivalente a gasóleo.



+Mobilidade com Proximidade

Transportes

41 projetos
apoiados

Descrição e objetivos

Combater a pobreza de mobilidade onde há ausência de transporte público regular, **promovendo soluções alternativas e/ou complementares**. Visa reduzir a dependência do transporte individual e favorecer a transferência modal, através de projetos promovidos por autoridades de transportes, em áreas com ausência de transporte público regular.

Destinatários (Público-alvo)

Utilizadores vulneráveis de transportes em áreas/períodos com ausência de transporte público regular.

Beneficiários Elegíveis

Autoridades de Transportes (Áreas Metropolitanas, Comunidades Intermunicipais, Municípios e outras entidades com competências delegadas).

Tipologias de apoio

Projetos de transporte público flexível (incluindo software). Soluções de mobilidade partilhada (carsharing, carpooling). Soluções de mobilidade para Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE).

Território de aplicação

Portugal Continental com majoração de apoios em territórios de baixa densidade, RA Madeira e RA Açores.

Forma e limite de apoio

Subvenções não reembolsáveis comparticipadas entre 80 e 100% sobre os custos elegíveis.



Alcance

Por públicos-alvo



Famílias

- Famílias +Sustentáveis **66 348 famílias abrangidas**
- Bairros + Sustentáveis **20 000 famílias abrangidas**
- eLAR **39 000 famílias abrangidas**
- Comunidades de energia **50 comunidades**
- Espaços Energia **120 EE**



Microempresas

- Frota +Verde Microempresas **20 100 microempresas apoiadas**
- Comunidades de energia **50 comunidades**
- Espaços Energia **120 EE**



Mobilidade

- Frota +Verde Transporte público **60 000 utentes/dia**
- Frota +Verde IPSS **6 000 utentes/dia**
- Frota +Verde Saúde **1 250 utentes/dia**
- +Mobilidade com proximidade **12 600 utentes/dia**

TRANSIÇÃO JUSTA O CONTRÍBUTO DO PLANO SOCIAL PARA O CLIMA



20

de outubro

Auditório
Luís Braga da Cruz
CCDR Norte



Agência para o
Clima - ApC, I.P.

CCDR
NORTE

EDIFÍCIOS ENERGÉTICAMENTE EFICIENTES: RUMO À TRANSIÇÃO JUSTA E À NEUTRALIDADE CARBÓNICA

MODERAÇÃO:

Paulo Santos

ADENE

MESA REDONDA

Isabel Azevedo

INEGI

Eduardo Lopes

Just a Change

Rui Pimenta

Agência de Energia do Porto

Miguel Macias Sequeira

GEOTA



MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL PARA TODOS

MODERAÇÃO:

Rui Velasco

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

MESA REDONDA

Pedro Moreira

Transportes Urbanos de Braga

Margarida Coelho

Universidade de Aveiro

Pe. Lino Maia

Confederação das Instituições de Solidariedade Social

Jorge Brito

CIM Região de Coimbra



ENCERRAMENTO

Maria da Graça Carvalho
Ministra do Ambiente e Energia



**OBRIGADO
PELA PRESENÇA,**

